

TEORIA PÓS-COLONIAL E PENSAMENTO BRASILEIRO NA OBRA DE GUERREIRO RAMOS: o pensamento sociológico (1953-1955)

Christian Edward Cyril Lynch *

Este artigo sustenta que a obra de Guerreiro Ramos, na década de 1950, foi desenvolvida conforme um plano deliberado de elaborar uma teoria pós-colonial aplicada ao Brasil. Nela, o estudo crítico do pensamento social brasileiro exerceria um papel fundamental. Para demonstrar essa hipótese, tentarei reconstituir o percurso intelectual percorrido por Guerreiro durante sua atuação junto ao IBESP, combinando o método de reconstrução lógica com outro, de caráter histórico-sistemático. Nele, averigüarei os nexos entre sua teoria social e seus textos de crítica do pensamento sociológico brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Guerreiro Ramos. Teoria pós-colonial. Pensamento social brasileiro. Pensamento político brasileiro.

INTRODUÇÃO

A difusão recente de uma sociologia global, crítica do eurocentrismo, recolocou a ciência de Guerreiro em sua própria perspectiva: a de uma teoria pós-colonial, capaz de pensar as particularidades da ciência social nos diferentes contextos nacionais; uma teoria que, no caso brasileiro, deveria substituir a sociologia cêntrica na tarefa de orientar pesquisas empíricas, tendo em vista sua inadequação nas circunstâncias periféricas (Maia, 2011). De fato, o sociólogo baiano nunca escondeu que sua produção intelectual, desde o seu ingresso no Grupo de Itatiaia, e logo depois, no Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), em 1952-1953, orientava-se conforme um projeto de antemão deliberado no sentido de desenvolver uma sociologia brasileira abrangente e de caráter pós-colonial. Em 1954, ele afirmava estar terminando uma obra cha-

mada *A teoria da sociedade brasileira*, na qual mostraria a evolução da teoria sociológica no Brasil desde Sílvio Romero e concluiria com “uma interpretação histórico-sociológica da realidade brasileira” (Ramos, 1995, p. 266-267). Quatro anos depois, Guerreiro descrevia o hipotético conteúdo de um *Tratado Brasileiro de Sociologia*, dotado de alto teor de funcionalidade, que continha todos os conceitos por ele mobilizados em suas obras anteriores (Ramos, 1958, p. 79).

Entretanto, como se sabe, apenas uma parte de sua teoria – a epistemológica – foi sistematizada em 1958: *A redução sociológica*. Depois que deixou o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), Guerreiro passou a produzir cada vez mais segundo uma lógica de intervenção pública motivada pela militância política, processo que culminou, quatro anos depois, com sua posse no cargo de deputado federal pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Com isso, embora sem dela desistir, ele foi postergando a redação da obra de ciência social pura na qual ele intentava sistematizar aquela teoria e que deveria logicamente ter vindo depois de *A redução sociológica*. Em

* Doutor em Ciência Política. Professor do Instituto de Estudos Políticos e Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ - antigo IUPERJ) e pesquisador da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB). Rua da Matriz 82. Botafogo. Cep: 22260100. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – Brasil. clynch3@hotmail.com

1961, ele escreveria que seus trabalhos deveriam ser compreendidos como “momentos de uma teoria da sociedade brasileira, cuja apresentação em obra especial, na base de notas, observações e pesquisas que há alguns anos venho fazendo, as circunstâncias ainda não me permitiram.” (Ramos, 1961, p. 17-18). Dois anos depois, já como deputado, ele reafirmaria que sua produção científica era “inspirada num projeto de sistematização do novo pensamento brasileiro.” (Ramos, 1963, p. 10). Com o golpe militar do ano seguinte, porém, o contexto político e intelectual se transformou e, com ele, a oportunidade para a redação daquela obra se perdeu.¹ Isso não significa que a *teoria da sociedade brasileira*, que ele tencionava sistematizar no *Tratado Brasileiro de Sociologia*, já não estivesse exposta ao longo dos diversos textos de intervenção por ele publicados nos anos anteriores. Esse havia sido o caso da própria redução sociológica, assunto por ele abordado diversas vezes antes de sistematizá-lo no livro homônimo de 1958.² O fato de o *Tratado* de Guerreiro Ramos não ter sido publicado, portanto, não impede o estudioso de recuperar e reconstituir, pelo exame de seus textos, a teoria que ele deixou de sistematizar.

Tratava-se de um projeto que o levara a dedicar-se a três conjuntos de questões. O primeiro deles dizia respeito à “atualização da disciplina sociológica [no Brasil] nas correntes

mais representativas do pensamento universal contemporâneo” (Ramos, 1995, p. 41). O intento era o de substituir a sociologia baseada no positivismo e na Escola de Chicago por uma orientação que, nas ciências sociais, encontrava a sua correspondência na sociologia do conhecimento de Weber e Mannheim. O reconhecimento do caráter culturalista, relativista e historicista da ciência social impunha ao cientista social a obrigação de pensá-la à luz das necessidades e particularidades do contexto latino-americano, onde grassava o semicolonialismo e a dependência cultural. Guerreiro se serviu, então, de autores como Balandier, Myrdal e Sartre para refletir sobre o impacto intelectual do colonialismo, a alienação da ciência social na periferia do mundo e a carência de uma teoria capaz de promover a consciência crítica da região e superar os obstáculos à sua autodeterminação (Bariani, 2011). Uma teoria etapista do desenvolvimento, elaborada a partir do pensamento de Prebisch e Furtado, era empregada para esclarecer o porquê do desajuste das teorias cêntricas no ambiente periférico latino-americano. Entretanto, uma vez que esses dois autores não haviam resolvido o problema epistemológico relativo ao modo de efetuar a triagem das ideias importadas para o contexto periférico, Guerreiro chamou a incumbência a si. Revelou-se, então, disposto a elaborar “[...] um método de análise, suscetível de ser utilizado na avaliação do valor objetivo do produto intelectual [estrangeiro], como integração do significado das obras [cêntricas] nos fatos [periféricos]” (Ramos, 1995, p. 51). Trata-se do procedimento já referido que, quando sistematizado, receberia o nome de *redução sociológica*. Os textos mais ilustrativos dessa discussão relativa ao primeiro grupo de tarefas relativas à renovação da sociologia na América Latina em geral, e ao Brasil em particular, são a *Cartilha do aprendiz de sociólogo* (1953), as *Notas para o estudo crítico da sociologia no Brasil* (1954), *Sobre a crise brasileira e a sociologia no Brasil* (1956), *Caracteres da inteligtentzia* (1957), *Situação atual da sociologia*

¹ Depois de cassado pelo golpe militar, limitadas as suas atividades intelectuais à Escola de Administração da Fundação Getúlio Vargas, Guerreiro parece ter reaproveitado parte do material que guardava para o frustrado *Tratado Brasileiro de Sociologia* para atender a uma encomenda que lhe fizera o presidente daquela instituição. Escreveu, então, *Administração pública e estratégia do desenvolvimento* (1966), que se provou, afinal, sua obra mais sistemática e de maior fôlego teórico. Os capítulos 4, 5 e 6 – Contribuição à sociologia e à estratégia de modernização; Burocracia e estratégia do desenvolvimento; e O formalismo como estratégia para mudança social – desenvolvem alguns dos temas mais importantes da teoria pós-colonial que Guerreiro vinha desenvolvendo desde a década de 1950.

² Foi provavelmente aquela falta de sistematização que o levaria, no começo da década de 1980, a expressar-se negativamente a respeito de sua produção naquele período: “Nada foi acabado” (Oliveira, 1995, p. 160). A impressão de que ele se referia à falta de sistematização teórica do seu projeto se reforça quando se compara sua produção à de Alberto Torres: “Veja O problema nacional brasileiro, um livro redondo, completo. Não há nenhum livro meu que se equipare.” (Oliveira, 1995, p. 163-164).

(1958) e *A Redução Sociológica* (1958).

Definidos os contornos da teoria sociológica que o orientava, bem como o modo de adaptá-la à periferia, Guerreiro passava ao segundo conjunto de problemas a serem resolvidos no desenvolvimento de sua teoria, que tinham por finalidade “utilizar a ciência social como instrumento de organização da sociedade brasileira” (Ramos, 1960, p. 14). Era-lhe preciso agora, por meio de uma “revisão crítica de nossa produção intelectual, realizada, até aqui, à luz os fatos da vida brasileira” (Ramos, 1995, p. 51), apropriar-se criticamente das interpretações do Brasil, a partir da moldura fornecida pela sociologia do conhecimento. A perspectiva crítica de análise se impunha a fim de separar a parte útil do nosso pensamento sociológico, comprometida com a autonomia nacional, daquela que, alienada, se deixara contaminar pela consciência ingênua, naturalizando a condição semicolonial do país. Os principais produtos dessa etapa foram gerados nos anos em que Guerreiro esteve vinculado ao Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP) e foram *O Processo da Sociologia Brasileira* (1953), *O problema do negro na sociologia brasileira* (1954) e *O tema da transplantação na sociedade brasileira* (1954). A consolidação da crítica da sociologia brasileira efetuada, afinal, nas suas *Notas para um estudo crítico da sociologia no Brasil* (1954) serviria de base para sua primeira interpretação da sociedade brasileira à luz do fenômeno semicolonial em *A problemática da realidade brasileira* (1955). É essencialmente sobre esse momento de sua produção que o presente artigo se debruça. Mas Guerreiro perceberia que semelhante interpretação informava mais sobre o que Brasil havia sido até então (uma sociedade semicolonial, com uma consciência ingênua acerca de si) do que sobre aquilo que ele estava em vias de se tornar: uma sociedade autônoma, com uma consciência crítica de si mesma, graças à industrialização em curso e à formação de um mercado interno nacional.

Por isso, Guerreiro Ramos passou a um

terceiro conjunto de tarefas, que passava por acrescentar, à sua “teoria da sociedade brasileira”, um pensamento político que servisse “de suporte à estruturação efetiva das tendências de autodeterminação vigentes hoje em nosso país” (Ramos, 1995, p. 60). Cumpria, aqui, apreender a dinâmica da sociedade brasileira e o modo como seus intelectuais a haviam compreendido desde o século dezenove; para tanto, impunha-se um estudo sobre a circulação ou substituição de elites, capaz de identificar as classes sociais decadentes e ascendentes no curso da “revolução brasileira”, bem como suas respectivas ideologias: a conservadora, justificadora do passado de dependência semicolonial, e a progressista, comprometida com o futuro de autodeterminação nacional. Os textos representativos dessa discussão são *A dinâmica da sociedade política no Brasil* (1955), *Esforços de teorização da realidade nacional* (1955), *A ideologia da jeunesse dorée* (1955) e *O inconsciente sociológico* [1956]. Assim como o resgate crítico do pensamento sociológico brasileiro possibilitara a Guerreiro teorizar sobre a sociedade semicolonial, seus estudos sobre o nosso pensamento político o ajudaram a delinear sua própria ideologia nacionalista, que levaria o Brasil superar a sua condição periférica dependente e emancipar a sua cultura e sua ciência social. Esse pensamento nacionalista (“ideologia”), que esclarecia e estimulava a mudança estrutural, foi produzida nos anos em que Guerreiro atuou no âmbito do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e se materializou em textos como *Nacionalismo e xenofobia* (1956), *Condições sociais do poder nacional* (1957), *Ideologias e segurança nacional* (1957), *Estrutura atual e perspectivas da sociedade brasileira* (1957) e *O controle ideológico da programação econômica* (1957).³

³ Depois da saída do ISEB, em 1958, o pensamento e a atuação político-intelectual nacionalista de Guerreiro sofrem uma inflexão à esquerda. Enquanto buscava tornar-se o teórico do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), ele envolveu-se no debate terceiro-mundista e aproximou-se de uma perspectiva socialista não marxista (Bariani, 2011, p. 182-185). Nesse tempo, ele escreveu textos programáticos como *Princípios do Povo Brasileiro* [1959], *Cinco princípios do povo brasileiro* [1959], *Panorama do Brasil*

Este artigo busca reconstituir as linhas gerais da teoria pós-colonial desenvolvida por Guerreiro Ramos desde a *Cartilha brasileira do aprendiz de sociólogo* (1953) até *A redução sociológica* (1958) e compreender o papel desempenhado pelo pensamento social brasileiro na elaboração, a partir daquela, de uma *teoria da sociedade brasileira*. Ainda não há um estudo específico sobre o tema que demonstre a organicidade dos vínculos entre os textos produzidos no IBESP, que fazem a história crítica do pensamento sociológico brasileiro (1953-1954), e aqueles elaborados no ISEB, agora focados na crítica do nosso pensamento político (1955-1956). Embora reconhecidos como contribuição valiosa àquela área de estudos, seus textos sobre o pensamento brasileiro têm sido geralmente tratados como se eles não se conectassem com o todo.⁴ Além disso, os estudiosos têm sido induzidos a erro ao tentarem reconstituir o itinerário de Guerreiro, porque supõem que cada livro seu representaria um todo coerente em relação ao anterior. Na verdade, boa parte dos livros por ele publicados à época (como a *Introdução crítica*, *A crise do poder no Brasil* e *O problema nacional do Brasil*) eram coletâneas de textos já publicados antes em revistas e jornais, em datas diversas.⁵ Para dar conta de uma reconstituição

contemporâneo[1961] e Mito e Verdade da Revolução Brasileira [1963]. Desse período data seu escrito sobre o pensamento católico brasileiro A ideologia da ordem [1960].

⁴ Os cientistas sociais que elaboraram obras de caráter geral sobre a atuação de Guerreiro abordaram o assunto como um aspecto de sua produção geral. Alguns (Oliveira, 1995; Azevedo, 2006) fazem uma abordagem parcial, privilegiando um ou outro aspecto, enquanto outros lhe dedicaram um estudo à parte, algo desconectado do geral (Abranches, 2006). Apenas um deles achou melhor integrá-lo à narrativa diacrônica de toda a atividade de Guerreiro na década de 1950, embora sem pretensão exaustiva ou sistemática (Bariani, 2011).

⁵ Assim, a *Introdução crítica à sociologia brasileira* (1957) republica textos que já tinham vindo a lume desde 1953, e *O problema nacional do Brasil* (1960) republica outros, produzidos desde 1957. Sua reunião nos dois livros não obedece a um critério temático nem cronológico definido, ou seja, a ordem dos capítulos não corresponde à ordem de sua elaboração. O caso mais complicado, porém, é *A crise do poder no Brasil*: impresso em 1961, o livro reúne artigos que vinham sendo publicados desde 1954, ou seja, que são contemporâneos dos capítulos dos dois livros anteriores. O estudioso rigoroso, que pretenda reconstituir o desenvolvimento do pensamento de Guerreiro, precisa, assim, deixar de lado a data de publicação dos livros e realinhar cada um dos textos e o de que eles são compostos

rigorosa daquele itinerário, impõe-se, assim, combinar o método de reconstrução lógica de sua teoria, adotado pelos colegas, com outro, histórico-sistemático, que examine seus textos na ordem de sua publicação. Tendo em vista a limitação do espaço, todavia, me limitarei a expor as articulações entre teoria sociológica e pensamento brasileiro durante a produção do período ibespiano, deixando para outra oportunidade aquela mais política, referente à sua época isebiana.

DA CARTILHA À REDUÇÃO SOCIO-LÓGICA: a teoria sociológica de Guerreiro Ramos

A teoria social de Guerreiro parte da crítica ao pretensão universalismo científico da sociologia positivista, com sua orientação dogmático-dedutiva, determinista e estática. Ignorando o condicionamento histórico-cultural de todos os fenômenos, ela trataria os fatos sociais como estáveis e isolados no tempo e no espaço. Seu conservadorismo ideológico faria dela um saber aristocrático, acadêmico e apartado do mundo da vida (Ramos, 1996, p. 178 e 169). Daí a pretensão de Guerreiro de contribuir para “[...] a atualização da disciplina sociológica [brasileira] nas correntes mais representativas do pensamento universal contemporâneo” (Ramos, 1996, p. 41). No plano filosófico, ela se confundia com a filosofia da existência de Heidegger e Jaspers; no da ciência social, com o pós-positivismo de Dilthey, Weber, Mannheim e Freyer, comprometido com “[...] a dialética, a sociologia do conhecimento, o historicismo e o culturalismo” (Ramos, 1996, p. 184). Tratava-se de pensar a teoria social geral como capaz de reconhecer o caráter histórico e culturalmente condicionado de todos os fenômenos sociais e, assim, apreender o caráter dinâmico e situado da realidade. A objetividade seria

conforme as datas de suas publicações originais. A existência de um plano deliberado de formulação teórica e a coerência da trajetória seguida pelo autor na sua consecução se revela, então, em toda a sua clareza.

algo que “[...] não se conquista de uma vez por todas no domínio da realidade histórico-social, e se atinge sempre dentro de limites” (Ramos, 1995, p. 36). Uma vez que os fatos sociais não passariam de momentos de uma totalidade que se transformava, seus significados só poderiam ser apreendidos por meio de “um processo de interação que relaciona o pensamento e a realidade, a teoria e a prática” – ou seja, de modo empírico e dedutivo (Ramos, 1960, p. 82). Esse processo exigiria do cientista social um engajamento no mundo que pretendia conhecer, decorrente “[...] da necessidade de responder aos desafios da realidade” (Ramos, 1995, p. 105). Para Guerreiro, as ciências sociais teriam surgido do propósito reformador de homens como Max Weber, isto é, de intelectuais práticos, dispostos a compreender e a elucidar os problemas de suas sociedades. Essa dimensão política ou militante da atividade científica não a prejudicaria, servindo-lhe, ao contrário, de estímulo (Ramos, 1961, p. 186).

Aceitar a dimensão história, cultural e prática da ciência social levava o cientista a reconhecer sua diferente configuração em cada país onde ela se organizava. Na medida em que constituía “um meio de esclarecimento e autoconsciência das sociedades”, todo o instrumental pretensamente universal da sociologia haveria sido elaborado “[...] naturalmente, tendo em vista as populações daqueles contextos geográficos e de civilização” (Ramos, 1995, p. 112). Embora, como método de pensar corretamente os fatos, a sociologia fosse, em toda a parte, a mesma, ela se adequava à diversidade de culturas e de diferentes problemas de cada nacionalidade. Por isso, a sociologia registraria, em cada nação, “[...] uma direção e uma problemática específica do pensamento sociológico” (Ramos, 1953, p. 8). Os cientistas sociais não teriam como deixar de refletir “as peculiaridades da circunstância em que vivem” quando desenvolviam seus trabalhos, empenhando-se, dessa maneira, em decifrar suas sociedades para resolver seus problemas (Ramos, 1995, p. 45). O reconhecimento da dimensão política

oculta na atividade sociológica desenvolvida nos países mais antigos colocava, para os mais novos, o desafio de conscientemente fundá-la a partir da adaptação da teoria europeia às suas próprias particularidades. Era o que se passava sempre que uma determinada sociedade começava a tomar consciência de si mesma: “A autoconsciência coletiva e a consciência crítica são produtos históricos”, ele escrevia. “Surtem quando um grupo social põe entre si e as coisas que o circundam um projeto de existência” (Ramos, 1996, p. 46).

Mas a tarefa de construir suas próprias sociologias impunha dificuldades adicionais aos países novos que haviam emergido de colonização. Por possuírem “[...] a consciência da liberdade, a personalização” (Ramos, 1996, p. 47), as sociedades cêntricas se orientariam por uma consciência crítica. Era essa “aptidão auto-determinativa que distingue a pessoa da coisa” (Ramos, 1996, p. 48) que as permitia ter existência histórica. Tal não se passava nas sociedades coloniais ou semicoloniais, cuja cultura refletiria sua dependência estrutural face às antigas ou novas metrópoles. Os países periféricos não teriam história própria, sendo “[...] versões da história dos povos colonizadores, ou material etnográfico destes povos” (Ramos, 1953, p. 11). A sociedade dependente ou colonial não existia para si, vendo-se como prolongamento e instrumento das sociedades metropolitanas; viveria no mundo da natureza, representando-se através de uma consciência ingênua no mundo. Compreendido como “[...] uma totalidade que impõe certo tipo de evolução e de psicologia coletiva às populações colonizadas”, o colonialismo teria, por principal traço, “[...] a dependência, certo bilinguismo, a duplicidade psicológica”, o que restringiria “[...] a possibilidade de uma identificação da personalidade do colonizado com a sua circunstância histórico-social imediata” (Ramos, 1995, p. 37). Sujeitas a um tipo de imperialismo cultural, “[...] assegurado pelo próprio fascínio que exercem sobre os colonizados as instituições dos povos colonizadores”, as elites culturais das nações

dependentes tenderiam a imitar as cêntricas, o que as levaria a repetições de atitudes, doutrinas e fórmulas estranhas ao seu contexto cultural (Ramos, 1953, p. 11). O costume daí decorrente de transplantar acriticamente as teorias elaboradas nos países metropolitanos pouco ou nada contribuiria para incutir-lhes consciência crítica de sua condição e de seus problemas. O próprio ideal da sociologia universal não passava de etnocentrismo, sendo que sua correlata aceitação acrítica, nos países periféricos, atribuída a “[...] uma superfetação compensatória do complexo de inferioridade de certos elementos da elite” (Ramos, 1953, p. 9).

Mas nenhuma sociedade estava fadada a ser eternamente colonial ou semicolonial. O afloramento de uma consciência crítica era indício de que a nação estava por ingressar em um patamar superior de sua existência, no qual adquiriria autonomia cultural e passaria a integrar a história universal. Era o que se passava nas ex-colônias asiáticas e africanas que, aspirando a serem sujeitos de seus destinos, viriam reagindo “[...] num esforço de repensar a cultura universal na perspectiva da autoafirmação dos seus respectivos povos.” (Ramos, 1996, p. 49). O mesmo fenômeno se produziria na América Latina, continente semicolonial cujo pensamento ainda sofria aquela tendência às “[...] transplantações literais de métodos de ação e de sistemas institucionais de áreas altamente desenvolvidas” (Ramos, 1995, p. 112). Os cientistas da região deveriam contribuir para a superação das mazelas do caráter periférico e, portanto, heterônomo, do subcontinente, envolvendo-se no esforço de autodeterminação de suas sociedades, implícito no projeto desenvolvimentista. Mirando-se no exemplo do pensamento econômico autóctone desenvolvido pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL),⁶ Guerreiro exortava

os colegas do subcontinente para criarem uma ciência social latino-americana a partir dos dados históricos e culturais do subcontinente. Ela deveria ser considerada à luz da fase anterior do processo de desenvolvimento nacional em que seus países se encontravam, quando comparados aos países cêntricos, cujas teorias consumiam acriticamente. Só assim a ciência social latino-americana deixaria de ser “um subproduto abortício do pensamento sociológico europeu e norte-americano” (Ramos, 1995, p. 107).

A emergência de uma sociologia autêntica no Brasil dependia igualmente do compromisso dos sociólogos nativos com “sua particular circunstância nacional” (Ramos, 1995 [1954], p. 37). Repetia-se, aqui, o fenômeno ocorrido em outros países emergentes: a superação da condição colonial ou semicolonial levava ao surgimento de uma ciência social capaz de dar conta dos seus desafios e dilemas. A elaboração de uma sociologia autêntica, não mimética, já era uma possibilidade desde a Revolução de 1930, quando se instalara um processo de industrialização que vinha levando o país, paulatinamente, a voltar sua atividade econômica para dentro de si, formando um mercado interno consumidor. Diferentemente do tempo quando sua economia estava voltada para a exportação, a industrialização levava o país a viver para si, e não para outrem. A formação do mercado interno impactava igualmente no campo político, levando à decadência da antiga sociedade política aristocrática, vinculada ao modelo agroexportador dependente, e à ascensão de novas classes sociais, urbanas e democráticas, que representavam a emergente nação brasileira. A autodeterminação brasileira dependia da continuidade daquele processo de industrialização nacional, agente por excelência do “processo civilizatório” na periferia econômica, por constituir o “mecanismo por meio do qual se operam as mudanças quantitativas e qualitativas nas estruturas nacionais e regionais” (Ramos, 1995 [1953], p. 145).

Para Guerreiro Ramos, a pretensão de

⁶ Em entrevista concedida em 1981, Guerreiro confirma a enorme influência exercida por economistas da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) sobre o seu pensamento na década de 1950: “Aquilo teve uma grande influência sobre mim e sobre todos nós. O que queríamos era pensar o Brasil [...]. Eram os temas da CEPAL que nós pensávamos em termos brasileiros” (Oliveira, 1995, p. 152).

atualizar a ciência social brasileira desembocava na tarefa de refundá-la em bases autênticas. Refletindo a mudança cultural decorrente desse processo de mudança estrutural, a ciência social brasileira abandonava seus traços beletristas para se tornar programática, sendo “instrumentalizada pelas elites nos objetivos de conformação deliberada da sociedade” (Ramos, 1953, p. 10). Guerreiro pretendia elaborar interpretações globais da sociedade nacional com a finalidade de esclarecer a opinião pública sobre o momento crucial atravessado pelo país e contribuir teoricamente para o projeto desenvolvimentista (Ramos, 1995, p. 140). Mas a elaboração de uma ciência social adaptada à circunstância nacional não começava do nada. Era “o caráter necessariamente particular de que se revestem os pontos de vista dos sociólogos, tanto quanto sejam significativa e funcionalmente adequados aos problemas da nação em que vivem”, que diferenciava a sociologia de cada país (Ramos, 1996, p. 126). Para elaborar seu marco teórico na forma de um *Tratado Brasileiro de Sociologia* “dotado de alto teor de funcionalidade e ajustado à nossa realidade” (Ramos, 1996, p. 79), os nossos sociólogos não precisariam reinventar a roda: bastava repetir os procedimentos adotados nos países cêntricos e já seguidos em outros, emergentes. Cada um deles criara uma sociologia ao mesmo tempo universal e particular – universal em seus “princípios gerais de raciocínio lógico” (Ramos, 1996, p. 80) e particular como “instrumento de autoconhecimento e desenvolvimento das estruturas nacionais e regionais” (Ramos, 1995, p. 107).

Para tanto, todavia, cumpria desenvolver um método que permitisse ao cientista social periférico adaptar as teorias estrangeiras, elaboradas para uma etapa mais adiantada, às necessidades da própria etapa de desenvolvimento experimentada pela coletividade em que vivia. O problema seria equacionado pelo procedimento de *redução sociológica*, capaz de estimular “a realização de um trabalho sociológico dotado de valor pragmático, quanto

ao papel que possa exercer no processo de desenvolvimento nacional” (Ramos, 1996, p. 41). As regras metódicas declinadas por Guerreiro eram quatro: a do comprometimento prático do sociólogo com seu contexto; a do caráter subsidiário da produção científica estrangeira, libertando a ciência social periférica do automatismo mimético; a da universalidade somente dos enunciados gerais da ciência; e a das fases, segundo a qual cada problema ou aspecto de uma sociedade era parte de uma totalidade em função da qual era possível compreendê-la. Requisito indispensável à fundação da sociologia brasileira, a redução sociológica permitiria superar a consciência ingênua dos analistas da realidade periférica colonial, levando-os ao plano da consciência crítica.

TEORIA SOCIOLÓGICA E CRÍTICA DO PENSAMENTO SOCIOLÓGICO BRASILEIRO

Criado, enfim, um método – a redução sociológica – capaz de filtrar a sociologia estrangeira, o passo seguinte à confecção da teoria sociológica brasileira consistia em mergulhar no pensamento sociológico brasileiro, com o fito de haurir subsídios para o seu conteúdo especificamente nacional. É nesse ponto da teoria social pós-colonial de Guerreiro que cumpre perceber o lugar nele ocupado pelo pensamento brasileiro. Se as orientações da sociologia contemporânea europeia, de matriz alemã, forneciam o quadro geral necessário à urdidura de uma teoria pós-colonial, o seu conteúdo especificamente nacional, por seu turno, teria de vir das contribuições anteriores dos sociólogos brasileiros. Como as outras manifestações da cultura, a ciência social de uma nação surgiria de modo orgânico, a partir da contribuição do pensamento estrangeiro, é certo, mas também daquele elaborado localmente. Uma ciência nacional se formaria organicamente, e “não revolucionariamente, pela justaposição de conhecimentos importados ou pela mera sucessão

abrupta de orientações” (Ramos, 1995, p. 165). Ao exemplo, portanto, de todos os outros países que haviam adquirido consciência crítica, cêntricos ou emergentes, nossa ciência social brasileira seria consequência do processo cumulativo de elaboração intelectual daqueles que, nas gerações anteriores, houvessem se dedicado à tarefa de decifrar a sociedade nacional. Não se tratava de insinuar que “a teoria da sociedade brasileira” resultaria da agregação ou média das interpretações anteriores, mas de extrair da crítica daquelas ideias “um método de estudo da realidade histórico-social, de caráter científico” (Ramos, 1995, p. 271). Sendo o Brasil, todavia, um país do gênero periférico, e da espécie semicolonial, duas questões se colocavam a diferenciar a empreitada da construção sociológica daquela que tivera lugar nos países cêntricos.

A primeira era relativa ao fato de que uma produção cultural autóctone, que escapasse dos modelos cêntricos, costumava ser desprezada nas sociedades coloniais, em virtude da alienação de si mesmas, que lhes era característica. Como não se reconhecia a existência de uma sociologia anterior – especialmente para aqueles que julgavam estarem-na fundando pela transplantação direta da sociologia positivista e da escola de Chicago –, o conhecimento daquele pensamento não era tarefa fácil: era preciso descobri-lo, catalogá-lo e ordená-lo, na forma de uma história das ideias.⁷ Então, era preciso fazer o que ninguém fizera: uma história crítica do pensamento sociológico brasileiro, ainda que de forma interessada, ou seja, como meio de obter subsídios para a elaboração de uma sociologia brasileira, ou de uma teoria da sociedade brasileira. Essa história crítica do pensamento sociológico bra-

sileiro integraria a primeira parte do projetado *Tratado da Sociedade Brasileira*, que desaguardaria, em seguida, na interpretação da sociedade brasileira do próprio Guerreiro.

A segunda questão passava por se perguntar se esse esforço de descoberta valia a pena. Os trabalhos anteriores dos pensadores nacionais espelhariam, de fato, os problemas brasileiros, ou não passariam de uma assimilação da ideologia do colonialismo? Para responder à questão, Guerreiro entendia bastar aplicar, igualmente, ao conhecimento do passado intelectual nacional a técnica da redução sociológica. Ela serviria de critério de avaliação para nortear “a revisão crítica de nossa produção intelectual, realizada, até aqui, à luz os fatos da vida brasileira” (Ramos, 1995, p. 51). Os autores que o fizessem teriam suas reflexões levadas a sério na formulação de uma teoria da sociedade brasileira.

O processo da sociologia no Brasil: esquema de uma história das ideias (1953)

Foi à sombra da reação liberal e do eclipse do nacionalismo posterior à queda do Estado Novo e à morte de seus protagonistas no campo da cultura que Guerreiro começou a refletir seu projeto teórico ao longo de 1952, quando escreveu *O processo da sociologia brasileira*. Aquele lhe parecia “um momento crepuscular de exaustão dos homens que lideram o país, em seus vários planos, e das ideias que representam” (Ramos, 1953, p. 34). Aquele vazio era particularmente sentido em virtude da morte recente de Oliveira Vianna, “a nossa maior expressão do pensamento sociológico, no Brasil” (Ramos, 1953, p. 35). Guerreiro Ramos considerava Oliveira Vianna o único sociólogo cuja obra sociológica poderia ter servido de base à organização de uma ciência social brasileira autêntica nas décadas anteriores; ele era um “vulto proeminente da sociologia brasileira em toda a plenitude da expressão”

⁷ Em artigos publicados no começo da década de 1940 na Revista Cultura Política, Guerreiro já manifestava o desejo de contribuir para a emancipação mental do continente por meio de uma história da literatura brasileira à moda de Sílvio Romero (Azevedo e Albernaz, 2010). Quanto à necessidade de recorrer à polêmica por meio da crítica, Guerreiro entendia ser ela um “instrumento de purgação de equívocos e vícios mentais e de ajustamento do produtor intelectual às pretensões da realidade” (Ramos, 1995, p. 51). Para combater as práticas alienadas dos demais produtores culturais brasileiros, ele acreditava ser necessário “provocar a polêmica” (Ramos, 1995, p. 52).

(Ramos, 1995, p. 179). Até mesmo a inexplicável obsessão racialista de Vianna era encarada de modo condescendente por Guerreiro, ele mesmo mulato, em virtude do “caráter geral de sua obra”, expressiva de hercúleos esforços no sentido nacionalista de desenvolvimento das tendências construtivas do país (Ramos, 1995, p. 179-180). “Não escondo a minha admiração pelo autor. Foi um mestre apesar dos seus erros”, escreveria Guerreiro: “Mesmo errando ao focalizar o tema – raça – soube vencer a tentativa de tratar o negro no Brasil como elemento exótico e petrificado. Tratou-o como brasileiro” (Ramos, 1995 p. 182-183). Durante toda a vida, Guerreiro travaria um diálogo crítico com a obra de Oliveira Vianna, de quem se julgava sucessor, com a finalidade de lhe dar continuidade de uma forma corrigida e atualizada.⁸

Em *O processo da sociologia no Brasil*, escrito ao longo de 1952 e publicado no início do ano seguinte, Guerreiro ambicionava encontrar subsídios intelectuais para, compreendendo a evolução da sociedade brasileira, suprir o vazio intelectual de uma ideologia capaz de orientar o nacionalismo no vácuo liberal reinante. Tratava-se de inventariar a produção sociológica anterior brasileira à luz da categoria implícita de idealismo utópico, criada por Oliveira Vianna, para compreender o compor-

⁸ Os pontos de contato entre os dois cientistas sociais são efetivamente numerosos. Vem-me aqui à cabeça pelo menos oito: em primeiro lugar, ambos ignoravam as fronteiras disciplinares, recorrendo tanto à sociologia, quanto à ciência política, a antropologia, a história e a filosofia; segundo, condenavam o pretensão universalismo ou cosmopolitismo da ciência social positivista (Vianna, 1956 [1922], p. 39); terceiro, pensavam a partir de uma distinção entre países cêntricos e periféricos, a partir da qual explicavam o “nosso complexo de inferioridade em face da Europa” (Vianna, 1974 [1949], p. 77); em quarto lugar, acreditavam que as elites brasileiras se limitavam a reproduzir a cultura estrangeira, quando era o povo que vivia de modo autêntico (Vianna, 1974 [1949], p. 178; Ramos, 1953, p. 34); quinto, os dois ambicionavam fundar uma ciência social “orgânica”, a partir dos dados de nossa realidade nacional; sexto, essa ciência não poderia ser desinteressada, devendo estar a serviço de uma política de engrandecimento da nacionalidade (Vianna, 1974 [1949], p. 70); em sétimo lugar, Vianna e Guerreiro empregavam a referida categoria de nacionalidade para distinguir, em matéria de orientações políticas no Brasil, aquelas que seriam orgânicas daquelas que seriam utópicas (Vianna, 1922, pp. 13-15); por fim, os dois cientistas viam-se integrantes contemporâneos de uma família de pensadores brasileiros que começava com o Visconde de Uruguai, passando por Joaquim Nabuco, Silvio Romero, Euclides da Cunha e Alberto Torres antes de chegar neles mesmos.

tamento da classe política, a fim de identificar os autores que teriam contribuído para a elaboração de uma ciência social brasileira autêntica, ou seja, orgânica e original.⁹ Nos países periféricos, de mentalidade colonial ou semicolonial, afirmava Guerreiro, observar-se-ia “uma tensão entre duas correntes de ideias”. A primeira corrente é por ele designada “consular” e consistiria numa “glosa das orientações doutrinárias vigentes nos centros de cultura estrangeiros” (Ramos, 1953, p. 10). Os representantes da *sociologia consular* não se revelavam comprometidos com o Brasil, comportando-se a respeito de suas questões com a mesma indiferença dos estrangeiros, vendo a sua realidade de modo passivo e exótico. Autores como Tobias Barreto, Pontes de Miranda, Tristão de Ataíde, Pinto Ferreira e Mário Lins fariam parte dela.¹⁰ Haveria, ainda aqui, um “sub-ramo” da corrente consular, a que pertenceriam Nina Rodrigues, Gilberto Freire e Artur Ramos. Embora não ne-

⁹ A influência de Viana é visível nos escritos de Guerreiro publicados no período de sua produção sociológica anterior ao aqui estudado. Assim, por exemplo, ele emprega correntemente a expressão “idealismo utópico”, em seus textos de 1949-1950, para designar a alienação de nossas elites políticas. Em Uma introdução ao histórico da organização racional do trabalho, ele sustentava que as tentativas de racionalização da administração pública decoriam “daquele idealismo utópico, característico das elites brasileiras e extensamente estudado por Oliveira Viana” (Ramos, 2009 [1949], p. 93). São expressas as referências em *O idealismo na evolução política do Império e da República* (1922), na segunda edição de *O idealismo da constituição* (1939) e em *Instituições Políticas Brasileiras* (1949). Tais referências aparecem também nos artigos que publicou no jornal *A Manhã*. No artigo *O negro no Brasil e um exame de consciência*, de 25/9/1949, ele afirma que o “idealismo utópico dos homens do império e da república faziam da liberdade uma condição jurídica”. Já em seu artigo de 7 de maio de 1950 a expressão vem no próprio título: “Idealismo utópico e mortalidade infantil”. Em *O processo da sociologia no Brasil*, exaltar o nacionalismo de Silvio Romero justamente quando “recrudescia o idealismo de Rui Barbosa” (Ramos, 1953, p. 126).

¹⁰ Apesar de negar a existência da disciplina por associá-la ao positivismo, Tobias Barreto teria sido nosso primeiro sociólogo, tecendo afirmações de grande lucidez em suas *Variações antissociológicas* e no *Discurso em mangas de camisa*. Teria se perdido, todavia, na glosa, ainda que brilhante, das correntes intelectuais alemãs de seu tempo, além de manifestar “certo sadomasoquismo típico dos alienados” (Ramos, 1953, p. 14). Pontes de Miranda possuiria um pensamento autêntico e força criadora, tendo criado um sistema de sociologia pura, só não sendo universal porque escreveu em português. A respeito do Brasil, porém, não deixara palavra. Enquanto Pinto Ferreira seria o “caso de alienação mais espetacular da sociologia brasileira”, os trabalhos de Mário Lins seriam “nacionalmente desnecessários”. Opondo premissas aos fatos sociais, Tristão de Ataíde não teria passado de um doutrinário e, como tal, incapaz de “compreender a realidade nacional” (Ramos, 1953, p. 16).

gasse o valor descritivo dos trabalhos desses autores, Guerreiro os condenava por “não terem se constituído em forças operativas, mas em peças de museu” (Ramos, 1953, p. 18).

A segunda corrente, por sua vez, era a “autêntica” e se caracterizava por um esforço no sentido da “dessatelizeção histórica” da nacionalidade. Por esse motivo, os seus representantes – Silvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres e Oliveira Viana – teriam uma “tendência política mais do que propriamente especulativa”. Eles pertenceriam a uma “tradição sociológica vinculada à problemática da sociedade brasileira” que buscava “as verdades ou as idiosincrasias regionais do Brasil e na medida em que as descobrem, denunciam o que há de espúrio e de genuíno na sociedade brasileira” (Ramos, 1953, p. 21). Se Euclides, que se destacara por negar a inferioridade do brasileiro, percebeu o caráter ainda fictício da nação e apontou a pluralidade da formação histórica do país por cada uma de suas regiões, Silvio Romero levava adiante o “esforço de decifração sociológica dos nossos problemas” (Ramos, 1953, p. 24). Como, porém, ele tivera um pensamento programático, vinculando a literatura às demais expressões culturais da vida nacional e denunciando a transplantação acrítica das ideias e instituições, Romero merecia o título de fundador da nossa “sociologia pragmática” (Ramos, 1953, p. 25). O terceiro grande nome da linhagem era o de Alberto Torres, que sistematizaria as reflexões esparsas de Romero “numa obra doutrinária consistente” (Ramos, 1953, p. 26). Por ter declarado, em alto e bom som, que o problema nacional brasileiro residia em “construir artificialmente a nacionalidade” (Ramos, 1953, p. 27), a obra sociológica de Torres teria representado “o ponto mais alto a que atingiu o pensamento sociológico no Brasil” (Ramos, 1953, p. 27). Os esforços de Euclides, Romero e Torres confluíam todos para a larga obra de Oliveira Viana, que recolhera o fundamental de cada uma delas em um todo integrado, sem detrimento de sua originalidade (Ramos, 1953, p. 29). No final, Guerreiro

ro exortava a nova geração a seguir o exemplo deixado por aqueles sociólogos autênticos, a fim de dar à nossa ciência social “o caráter de instrumento de organização da sociedade brasileira” (Ramos, 1953, p. 32).

Como se depreende dessa síntese, o recurso ao pensamento sociológico brasileiro é considerado meio de autoconhecimento de sua sociedade e de crítica de suas insuficiências na tarefa de criação de uma sociologia autêntica – indispensável, portanto, para a formulação de uma teoria social brasileira. Como ele dizia, “sem a disposição para empreender a sua autocrítica, a sociologia no Brasil não poderá realizar a sua tarefa essencial – a de tornar-se uma teoria militante da própria realidade nacional” (Ramos, 1955, p. 45). Há, em sua análise, uma relação de retroalimentação com os representantes do nosso pensamento sociológico autêntico; eles, ao mesmo tempo, o orientam e lhe servem de ponto de partida para decifrar o presente. Da mesma forma, ele os considera como seus antecessores porque teriam percebido, antes dele, a especificidade da condição periférica e questionado o etnocentrismo da teoria europeia, a fim de produzir um conhecimento comprometido com o fortalecimento da nacionalidade. Haveria, entre esses autores, uma relação orgânica de linhagem intelectual acumulativa: cada qual recolhia a herança do anterior, reelaborando-a de modo cada vez mais sofisticado e complexo, para a formulação de uma teoria da sociedade brasileira. Na ponta dessa linhagem estava o próprio Guerreiro, que, na hora incerta de eclipse do nacionalismo brasileiro, se apresentava publicamente como o herdeiro por excelência de sua melhor tradição sociológica.

O problema do negro na sociologia brasileira (1954)

O segundo texto de Guerreiro no qual ele inventaria o pensamento brasileiro, *O problema do negro na sociologia brasileira*, foi es-

critico em fevereiro de 1954 e publicado no segundo número dos *Cadernos do nosso tempo*, em junho-julho daquele ano. Como se percebe da própria cronologia, trata-se de artigo escrito na esteira de *O processo da sociologia* e aplicava o mesmo método para o caso específico da literatura sobre as relações raciais entre nós. Tratava-se de uma tarefa preliminar à “elaboração de uma consciência sociológica verdadeiramente nacional da situação do homem de cor brasileiro” (Ramos, 1995, p. 164). Depois de reiterar suas concepções relativas ao caráter simultaneamente universal e particular da sociologia e da necessidade de fundá-la no Brasil em bases autênticas, Guerreiro declarava que o decantado “problema do negro” não tinha aqui natureza étnica nem biológica, já que se tratava de um problema cultural próprio da fase semi-colonial do desenvolvimento, a ser superado em futuro próximo. Dito isso, o autor passava a limpo as três vertentes a respeito do assunto, nas quais se dividiria a sociologia brasileira. A primeira delas era denominada por Guerreiro de *monográfica* e teria por característica uma perspectiva passiva e estática de nação, particularizando a gente de cor dos demais contingentes étnicos que formavam o povo. A ela pertenceriam autores como Nina Rodrigues, Roger Bastide, Oscar Freire, Arthur Ramos e Gilberto Freire. Todos tratavam o negro como se fosse um objeto passivo, exótico, pitoresco, anedótico, problemático, desconectado da dinâmica nacional. Essa corrente era asperamente criticada por Guerreiro, para quem os negros eram brasileiros como outros quaisquer, nada justificando considerá-los como um “problema”. Os autores referidos assim o faziam, porém, porque eram ideologicamente orientados por ideais europeus, segundo os quais o normal seria o Brasil ser branco. Os sociólogos brasileiros precisavam fazer a autocrítica de seu ponto de vista subalterno aos valores exógenos, impondo-se que a sociologia no Brasil deixasse de ser um dialeto da sociologia americana ou europeia, para se tornar “uma autoconsciência do nosso processo de amadurecimento.” (Ra-

mos, 1995, p. 201).

A segunda corrente da sociologia brasileira era denominada – como no texto anterior – *crítico-assimilativa*. Ao contrário da monográfica, ela seria dotada de uma perspectiva ativa e dinâmica de nação, interessada “antes na formulação de uma teoria do tipo étnico brasileiro do que em extremar as características peculiares de cada um dos contingentes formadores da nação” (Ramos, 1995, p. 168). Ao exemplo, mais uma vez, de *O processo da sociologia*, seus heróis teriam sido Silvio Romero, Euclides, Torres e Oliveira Viana. O racismo que, à exceção do terceiro, marcara a produção desses autores era perdoado pelo mulato Guerreiro, que o atribuía à precariedade da ciência social disponível em seus tempos. O importante é que todos eles teriam adotado uma posição crítica-assimilativa em face da teoria racista estrangeira, repensando os seus conceitos à luz do fenômeno nacional. Teriam apontado a vergonha das origens étnicas da população por parte das elites brasileiras, superando as conotações autodepreciativas daquela postura e buscando resolver aquela inautenticidade a partir de uma atitude integrada na realidade nacional (Ramos, 1995, p. 174-175). A própria teoria do embranquecimento era explicada como o resultado infeliz de uma intenção excelente, que era a de combater a previsão de racistas europeus como Lapouge e Gobineau, para quem o caráter miscigenado da nacionalidade brasileira a condenava ao desaparecimento (Ramos, 1995, p. 181). Quem melhor tratara do assunto da raça, porém, havia sido – claro – Alberto Torres, que se recusara a fazer concessões à antropologia racista europeia, vendo a questão do negro à luz da circunstância brasileira.

Discutida criticamente a questão do negro de acordo com as duas vertentes disponíveis da sociologia brasileira – a consular ou inautêntica, aqui chamada monográfica, e a nacionalista ou crítica-assimilativa –, Guerreiro apresentava o seu ponto de vista: “O negro no Brasil não é anedota, é um parâmetro da re-

alidade nacional” (Ramos, 1995, p. 200). Para ele, o brasileiro, em geral, especialmente o letrado, tendia psicologicamente ao padrão estético europeu em virtude de sua cultura semi-colonial e, por isso, tendia a ver a questão do ponto de vista exógeno. A renúncia à indução de critérios locais ou regionais de julgamento, por subserviência inconsciente a um prestígio exterior, provava a alienação de seu padrão estético. A situação do negro deveria passar a ser estudada, ao contrário, a partir de sua situação autêntica, a vida brasileira, ou seja, a de um cidadão normal (Ramos, 1995, p. 198). Desse posicionamento, Guerreiro extraía uma orientação normativa que o levava a alinhar-se a uma terceira posição – a prática *transformadora* do Teatro Experimental do Negro, tributária do abolicionismo, em que o negro deixava de ser objeto passivo de estudo dos brancos.¹¹ Ela estava mais empenhada em mudar a condição social do negro do que em descrever os aspectos pitorescos ou particulares daquele contingente étnico. O texto concluía com a sugestão de ações conducentes à superação do preconceito produzido pela alienação.¹²

O problema do negro na sociologia brasileira consiste, em suma, em aplicar o método adotado em *O processo da sociologia brasileira* para o estudo de um tema específico que lhe era caro: o das relações raciais no Brasil. O exame crítico da literatura brasileira sobre relações raciais serve a Guerreiro para, mais uma vez, separar o joio do trigo, condenando a vertente alienada e destacando a existência de uma linhagem de autores comprometida com a

perspectiva nacional. Diferentemente, porém, do que se passara antes, Guerreiro concluía a análise pela adesão a uma terceira posição. Provavelmente insatisfeito com as limitações da abordagem da corrente autêntica, ele sugeria que sua posição não discrepava propriamente da tradição nacionalista, representando, antes, sua correção. Entretanto, essa acomodação já não seria feita tão tranquilamente no seu texto seguinte, como se verá.

O tema da transplantação na sociologia brasileira: enteléquias na interpretação (1954)

O tema da transplantação na sociologia brasileira foi o terceiro texto escrito por Guerreiro Ramos na forma de um inventário crítico da sociologia brasileira, tendo sido publicado em 1954 na *Revista do Serviço Público*. Nele, o autor retornava à análise de *O processo da sociologia*, focando na primeira parte do artigo sobre *o tema da transplantação*. Nele, argumentava que, desde a independência, os sociólogos brasileiros teriam se dividido em duas correntes básicas. A primeira era a “dogmático-dedutiva” e teria sido a dominante, haja vista a atitude doutrinária e exemplarista das elites em face do problema social. Representada por liberais como Timandro e Tito Franco, seus adeptos defendiam “a adoção literal de instituições estrangeiras” e acreditariam que a formação nacional seria um processo de caráter orgânico e vegetativo cujo crescimento deveria ser espontâneo (Ramos, 1995, p. 274). Minoritária, a segunda corrente era chamada “crítica-assimilativa” e designava aqueles para quem a formação nacional correspondia a uma obra política. Ela seria composta por aqueles autores que teriam se esforçado por criar no país uma estrutura institucional “tanto quanto possível adaptada às circunstâncias particularíssimas do meio” (Ramos, 1995, p. 274). Os autores, dotados de uma “atitude crítica-assimilativa em face dos produtos culturais estrangeiros”, eram superiores

¹¹ Para uma compreensão do envolvimento de Guerreiro com o movimento negro no período, veja-se o artigo de Luiz Augusto Campos que integra esta coletânea, chamado “O negro é povo no Brasil”: afirmação da negritude e democracia racial em Guerreiro Ramos (1948-1955).

¹² Guerreiro defendia as cinco diretrizes do I Congresso do Negro Brasileiro (1950): zelar pela tradição nacional de igualdade entre os grupos étnicos que compunham a população; utilizar meios indiretos de reeducação e desrecalcamento em massa e transformação de atitudes; realizar periodicamente congressos culturais e científicos; incluir negros nas listas de candidatos de partidos, a fim de desenvolver sua capacidade política e formar líderes esclarecidos; adoção de políticas públicas destinadas a acabar com a discriminação de cor nos órgãos da administração pública.

àqueles que adotavam uma “atitude dogmático-dedutiva”. Embora Guerreiro voltasse a deitar elogios a essa corrente, ele agora declinava o nome do Visconde de Uruguai como o decano da linhagem; ele teria sido o fundador de “uma tradição de estudos teórico-pragmáticos que se continua através de Silvio Romero, Alberto Torres e Oliveira Vianna” (Ramos, 1995, p. 277).

Até aqui, o texto parece uma reiteração do *Processo da sociologia*, destinado a separar o joio do trigo na história do pensamento sociológico brasileiro a partir do critério nacional da redução sociológica, visando à aplicação deliberada do critério do idealismo orgânico para examinar o conjunto da produção cultural brasileira. Embora respondesse a uma exigência de sofisticação conceitual, não representava mudança de envergadura a mera substituição da expressão “consular” por “dogmático-dedutiva” e “autêntica” por “crítica-assimilativa” na designação das duas correntes. Entretanto, *O tema da transplantação* apresentava mudanças de orientação bem mais importantes, devidas ao impacto da literatura cepalina com que Guerreiro travara contato no IBESP naquele meio tempo, e que o colocariam em uma posição de maior autonomia em relação à corrente autêntica ou assimilativa.¹³ A primeira concernia ao fato de sustentar agora que, ao contrário do que haviam acreditado os críticos-assimilativos (principalmente Oliveira Vianna), a transplantação de teorias ou instituições dos países cêntricos não constituía uma “deformação cultural” decorrente da alienação, mas “um acidente normal e não

patológico em todos os contextos coloniais” (Ramos, 1995, p. 273). A transplantação, na periferia, era “um fato normal e inevitável decorrente da interação de fatores objetivos, em que ressaltam os econômicos” (Ramos, 1995, p. 282). Ela constituía um meio de acelerar a modernização, pelo qual se saltavam várias etapas do desenvolvimento.¹⁴ A segunda mudança em relação a *O processo da sociologia brasileira* residia na afirmação de que a corrente crítica-assimilativa da sociologia brasileira – Silvio Romero, Alberto Torres, Oliveira Vianna – não lograra desenvolver uma teoria plena da sociedade brasileira, por falta de uma compreensão adequada dos fundamentos econômicos da mudança social. Eles teriam se limitado a recomendar “soluções psicológicas ou meramente estruturais para os problemas do país tais como o esclarecimento ou educação das elites, fortalecimento do executivo ou do judiciário, organização eleitoral” (Ramos, 1995, p. 282). Equivocaram-se ao crer que a criação da nacionalidade dependia apenas da conversão psicológica das elites ao nacionalismo, quando ela exigia, principalmente, a transição para um tipo superior de capitalismo nacional, se fosse possível, pela criação de um mercado interno, para “atingir indiretamente a fase nacional da formação brasileira” (Ramos, 1995, p. 279).

Na segunda parte de *O tema da transplantação*, Guerreiro Ramos se valia da concepção dinâmica de cultura e da recente leitura da literatura cepalina para fazer uma crítica importante às interpretações do Brasil deixadas por autores como Afonso Celso, Ronald de Carvalho, Paulo Prado, Afonso Arinos e Sérgio Buarque de Holanda. Revelando desconhecimento do “caráter dinâmico do processo histórico-social”, aqueles autores descreveriam a sociedade brasileira como uma entidade particular, única, estática no tempo; eles lhe atribuíam “um caráter, uma vocação, ou tendências e inclinações

¹³ Durante o Segundo congresso latino-americano de sociologia, realizado no Rio e em São Paulo entre 10 e 17 de julho de 1953, Guerreiro apresentou sete recomendações como presidente da comissão de estruturas nacionais e regionais. Seu intuito era o de lançar linhas mestras para a constituição de uma sociologia latino-americana em bases semelhantes àquelas delineadas para a CEPAL para o pensamento econômico. Pretendia contribuir para uma sociologia latino-americana que rompesse com as amarras que faziam dela “um subproduto abortício do pensamento sociológico europeu e norte-americano”. (Ramos, 1995 [1953], p. 107). O rechaço de suas sugestões levou-o a escrever nove artigos, publicados entre 20 de julho e 4 de outubro de 1953, onde as explicava e as defendia. Eles foram republicados nesse ano na Cartilha brasileira do aprendiz de sociólogo, na qual, pela primeira vez, sistematizou sua teoria social pós-colonial.

¹⁴ Esse veio a se tornar um tema caro a Guerreiro, já que estava diretamente relacionado à dimensão pós-colonial de sua teoria. Ele viria a sistematizar seu pensamento sobre o assunto no sexto capítulo de Administração pública e estratégia do desenvolvimento (1966), chamado O formalismo como estratégia para mudança social.

fixas”, confundindo os efeitos com as causas, e erigindo, assim, o que era nele provisório como se fosse definitivo. O livro *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque, por exemplo, era “um retrato impressionista”, em que o professor paulista sustentava existir “um caráter nacional que seria uma emanção do caráter luso”, uma herança rural que dificultava a industrialização, a “cordialidade” como traço, etc. (Ramos, 1995, p. 286). Para Guerreiro, era de duvidosa qualidade científica toda a sociologia que operasse com categoria como “caráter nacional”, “alma”, “espírito”, “vocação”, “raça”. Era a mudança da infraestrutura econômica que seria a chave de transformação nacional, inclusive a da cultura política. Por isso, “desprovidos de uma teoria sociológica orgânica e científica do processo histórico-social”, aqueles autores teriam ficado limitados a uma “teoria psicológica daquele processo”, na qual “certos traços de um determinado povo ou contingente étnico são os determinantes das suas respectivas situações materiais” (Ramos, 1995, p. 287-288).

Em outras palavras, em *O tema da transplantação*, não se tratava mais, para Guerreiro, de simplesmente continuar a tradição nacionalista. O impacto das teorias cepalinas lhe dera a impressão de que a teoria social da corrente nacionalista padecia de algumas faltas consideráveis, que a haviam impedido de chegar a um diagnóstico sociológico satisfatório, e que lhe cumpria corrigir. Assim, embora se reconhecesse como herdeiro daquela tradição, Guerreiro passava a encarar sua tarefa de elaboração de uma teoria social menos como a de um continuador da tradição anterior, do que como a do seu renovador. Talvez, por esse motivo, ele já prevenisse o leitor de que “o sociólogo brasileiro não é feito de argila daquela de que foram feitos os sociólogos que o antecederam ou que ainda remanesçam. Sua visão diferente dos fatos da vida nacional é resultado de um processo histórico” (Ramos, 1995, p. 44). Além disso, na segunda parte do texto, Guerreiro declarava que toda a corrente que descrevia o povo brasileiro a partir de um culturalismo essencialista era anticientífica. Ela lhe atribuía caracteres

fixos ou imutáveis (iberismo, ruralismo, tristeza, cobiça, luxúria, doçura, cordialidade), quando, na verdade, se tratava de um momento do processo histórico de constituição do povo, que seria modificado ao longo do tempo, especialmente por força da industrialização e da urbanização do país. Suas interpretações do Brasil não passavam de “para-sociologia” (Ramos, 1995, p. 287-288).

A CONSOLIDAÇÃO TEÓRICA DA CRÍTICA AO PENSAMENTO SOCIOLOGICO BRASILEIRO: as notas para um estudo crítico da sociologia no Brasil (1954)

Depois dos trabalhos anteriores, que criticavam o pensamento sociológico brasileiro tanto de modo global quanto a respeito de temas pós-coloniais mais tópicos, como o da transplantação, o do essencialismo cultural e da diversidade racial, Guerreiro já dispunha, em fins de 1954, de elementos para elaborar uma primeira síntese crítica do pensamento sociológico brasileiro. Ela tomou forma nas suas *Notas para um estudo crítico da sociologia no Brasil*. Nelas, depois de reiterar suas concepções sociológicas gerais, o autor enunciava os cinco vícios da ciência social brasileira, detectados ao longo de seus estudos históricos, como consequência da consciência ingênua que atravessava o pensamento colonial. O primeiro era o da *simetria e sincretismo*, decorrente da inclinação do cientista brasileiro em adotar literalmente o que nos centros europeus e norte-americanos se apresentaria de mais avançado, conciliando ainda doutrinas incompatíveis em seus países de origem. O segundo vício de nossa sociologia era o do *dogmatismo*, consistente na “adoção extensiva de argumentos de autoridade na discussão sociológica, ou em certa tendência a discutir ou avaliar fatos através da mera justaposição de textos de autores prestigiosos” (Ramos, 1995, p. 39). O terceiro vício dos nossos cientistas sociais era aquele do *dedutivismo*: uma vez que os siste-

mas estrangeiros eram reconhecidos como portadores de uma validade universal e absoluta, eles passavam a ser adotados como pontos de partida para a explicação da vida nacional. Sua principal característica seria “a abstração da contingência e a identificação do presente do nosso país com o presente de países outros em fase superior de desenvolvimento ou, de qualquer modo, de formação histórica diferente da nossa”. O resultado era a quase nenhuma originalidade dessa sociologia periférica (Ramos, 1995, p. 40). Já o quarto defeito da ciência social brasileira era o da *alienação*. Ao invés de mobilizá-la para promover a autodeterminação do país, o sociólogo brasileiro preferia encarar a realidade nacional como se fosse um europeu, vendo-a de modo inorgânico e a sentindo como exótica. O quinto e último vício da ciência social brasileira, o da *inautenticidade*, decorre do fato de que trabalho sociológico no Brasil não se estribava em genuínas experiências cognitivas, valendo-se, em larga escala, de categorias e processos pré-fabricados alhures.

Embora não seja declarado, o caráter de consolidação teórica das *Notas* transparece. Pela primeira vez, a crítica à sociologia brasileira não é mais apresentada como história das ideias, em que ela aparece dividida em correntes intelectuais definidas pelo critério da redução sociológica, ou do idealismo orgânico, e apresentadas separadamente pela avaliação das obras de seus integrantes. Trata-se, portanto, de um esforço de abstração e de sistematização baseado nos três trabalhos anteriores sobre o pensamento sociológico brasileiro em perspectiva histórica. Esse caráter de conclusão teórica que as *Notas* parecem guardar em relação aos textos anteriores se vê reforçado na medida em que Guerreiro extraía os exemplos de defeitos da sociologia nacional precisamente de *O problema do negro* e de *O tema da transplantação*. Assim, o paradigma de obra contaminada pelo dogmatismo era a de Nina Rodrigues, examinada em *O problema do negro na sociologia brasileira* e condenada nas *Notas* por ser “um ato de fé na santidade e

na veracidade da ciência social europeia” (Ramos, 1995, p. 39). O exemplo fornecido de obra alienada, por seu turno, era a de Paulo Prado, antes criticada em *O tema da transplantação* pela abundância de expressões depreciativas do próprio povo brasileiro.

O PRIMEIRO ESBOÇO DA TEORIA DA SOCIEDADE BRASILEIRA: a problemática da realidade brasileira (1955)

Estava claro que, àquela altura, Guerreiro já dispunha dos elementos necessários à composição de sua teoria social de caráter pós-colonial. Se o colonialismo era um fenômeno total, as marcas da realidade brasileira eram praticamente as mesmas que caracterizavam sua sociologia, entendida como representativa de sua cultura como um todo; então, o exame de sua literatura sociológica prestava-se à compreensão da cultura brasileira como um todo. Assim, no segundo semestre de 1954, ele declarava estar em vias de terminar uma obra que se chamaria “a teoria da sociedade brasileira”, na qual mostraria a evolução da teoria sociológica no Brasil desde Sílvio Romero, concluindo pela apresentação de “uma interpretação histórico-sociológica da realidade brasileira” (Ramos, 1995, p. 266-267).

Essa interpretação veio a lume na conferência *A problemática da realidade brasileira*, pronunciada em agosto de 1955, na inauguração dos cursos do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Conforme o seu feitio, Guerreiro recapitulava, na primeira parte da conferência, suas concepções sociológicas gerais, criticando a sociologia corrente no Brasil e advogando uma teoria global da sociedade local, indispensável à compreensão da sua realidade nacional, fundamentada na história e motivada politicamente (práxis): “Partindo de um *sum* (sou brasileiro), procuraremos empreender um esforço tendente a contribuir para a compreensão global de nossa sociedade. Essa tarefa tem prioridade sobre qualquer outra, no domínio das

ciências sociais em nosso país” (Ramos, 1960, p. 85). Guerreiro descrevia em cinco pontos a sociedade brasileira, tal como ela havia sido em sua existência semicolonial. Todos eles reprocessavam os dados colhidos pelo estudo da corrente autêntica ou crítica-assimilativa da nossa sociologia. A primeira característica era a da *dualidade* estrutural: éramos atravessados pela “contemporaneidade do não coetâneo”, tendo um repertório formal de posturas e instituições transplantado, convivendo com uma realidade de costumes típica de uma fase anterior de desenvolvimento nacional. A segunda característica era a da *heteronomia* cultural: nos países sem tradição, o processo colonizador suscitava a adesão aos moldes culturais e tecnológicos de mais prestígio: o das metrópoles. O mimetismo relacional resultante amorteceria “a capacidade de avaliação crítica dos produtos culturais e tecnológicos importados” (Ramos, 1960, p. 91). O terceiro traço era a *alienação*, decorrente da dependência econômica e que levava a sociedade a perceber-se por uma ótica emprestada, a modelar-se à imagem de outra. A quarta característica era a do *amorfismo*: as energias psíquicas se dispersavam, na América Latina, por falta de formas pretéritas que lhe organizassem o esforço prospectivo. Este fenômeno decorreria da inorganicidade das instituições, que se alteravam simetricamente conforme as sucessivas influências do exterior. “A tradição, a famosa tradição, que impõe tantos limites à vida europeia, se evapora no trópico e mesmo os simples costumes cotidianos sofrem forçosas aberrações e adaptações” (Ramos, 1960, p. 94). O último traço semicolonial era o da *inautenticidade*. Os valores vigentes no Brasil não correspondiam a “uma apropriação racional e simpática dos acidentes de nossa imediata moldura natural e histórica”, devido à condição alienada.

CONCLUSÃO

A pergunta que, a essa altura, vem à cabeça é: Por que Guerreiro não desenvolveu, então, os temas de *A problemática da realidade*

brasileira de forma sistemática, de modo a escrever, na sequência, a sua projetada *Teoria da Sociedade Brasileira*? Podemos conjecturar haverem concorrido duas ordens de fatores para a modificação de seu plano original de uma teoria pós-colonial baseada na mera atualização crítica do pensamento da tradição dita autônoma ou crítico-assimilativa da sociologia brasileira, de que ele seria o último representante.

A primeira delas tem a ver com a própria conjuntura política de 1954-1955, uma das mais dramáticas da história brasileira. Em suas publicações, o IBESP vinha apoiando a política nacionalista e industrialista de Vargas contra a oposição udenista, atrás da qual os ibespianos enxergavam os setores agroexportadores insatisfeitos. Mas esse apoio não os impedia de chamar a atenção do governo para o empirismo de seus métodos políticos. Nos *Cadernos do nosso tempo*, o líder do instituto, Hélio Jaguaribe, chamava a atenção para o fato de que parte dos problemas de Vargas se devia à sua insistência num modo de ação política ultrapassada; ele praticava um “maquiavelismo psicológico”, próprio de uma sociedade oligárquica, incompatível com a nova sociedade de classes que ele próprio ajudara a fundar, e que exigia uma ideologia compreensiva das transformações em curso e capaz de sustentá-la publicamente¹⁵. A crise que resultou na deposição e suicídio do presidente tocou profundamente os membros do instituto, que reforçaram a crença de que apenas um *think tank* encarregado de sustentar ideologicamente o esforço desenvolvimentista poderia fazer frente à ideologia reacionária e moralista mobilizada pelas classes sociais adversárias da modernização¹⁶. Desfraldada aquela bandeira,

¹⁵ No segundo número dos Cadernos do Nosso Tempo (junho-julho de 1954), Jaguaribe lamentava: “A grandeza e a miséria da política do Sr. Getúlio Vargas, desde 1930, e particularmente desde os últimos dois anos do Estado Novo, tem consistido no fato de ela ultrapassar, demasiadamente, as linhas rotineiras dos governos de simples manutenção do status quo, sem lograr, por outro lado, atingir uma visão econômico-social suficientemente profunda e renovadora.” (Jaguaribe, 1954, p. 105).

¹⁶ O terceiro número dos Cadernos do Nosso Tempo (março-abril de 1955) abria, justamente, com a denúncia e a análise do “golpe de agosto”. Nele, Jaguaribe reconhecia

Jaguaripe e seus colegas conseguiriam, graças ao apoio de um antigo admirador de Alberto Torres, então à frente do Ministério da Educação (Cândido Motta Filho), estatizar o IBESP em 1955. Caberia ao novo instituto, dali por diante chamado ISEB, fornecer, junto à opinião pública, a direção ideológico-intelectual que faltara ao projeto modernizador promovido por Vargas desde 1930.

A segunda ordem de fatores que parece ter concorrido para a mudança de orientação de Guerreiro, levando-o a desdobrar seu projeto intelectual em uma segunda fase, mais política, foi de ordem intelectual. Em algum momento, na virada de 1954 para 1955, em plena crise política do governo Vargas, Guerreiro percebeu que, diferentemente do que imaginara em *O processo da sociologia brasileira*, ele não poderia se contentar em ser uma espécie de Oliveira Viana que lera Heidegger e Mannheim. Parecia-lhe, especialmente depois de *O tema da transplantação*, que a corrente autêntica ou crítico-assimilativa não compreendera o papel modernizador das transplantações institucionais e teóricas, nem as determinantes econômicas da transformação sociopolítica. Além disso, o Brasil descrito exaustivamente por Vianna em *Instituições políticas brasileiras*, a obra máxima daquela tradição, publicada cinco anos antes – estava em vias de desaparecer para sempre. Fatores como a industrialização, a urbanização e o surgimento de um mercado interno integrador do território nacional haviam desencadeado uma verdadeira revolução, que criava as condições objetivas de superação da condição semicolonial e levava a intelectualidade brasileira como um todo a adquirir consciência crítica. Daí a denúncia, cada vez mais intensa, da inautenticidade da vida nacional, restrita, até pouco tempo, a crítico-assimilativos como Uruguai, Mauá, Romero, Euclides, Torres, Calógeras. Em síntese, Guerreiro concluiu que

que a mitificação nacional de Vargas representava “uma pré-ideologia” que atendia os interesses das classes progressistas, que estavam empenhadas no projeto modernizador, mas que ela ainda carecia de uma “fundamentação teórica” que, subentendia-se, cumpria aos ibespianos fornecerem (Jaguaripe, 1955, p. 22).

uma teoria consequente da sociedade brasileira não poderia se contentar em descrever o que ela havia sido e estava deixando de ser, pois ela deveria ir além, interpretando a dinâmica da transformação sofrida naquele momento e contribuir, pelo conhecimento crítico do pensamento político brasileiro, para a elaboração de uma ideologia capaz de sustentar o projeto desenvolvimentista contra os seus adversários. Em suas palavras, impunha-se, agora, uma “teoria da sociedade brasileira que sirva de suporte à estruturação efetiva das tendências de autodeterminação vigentes hoje em nosso país” (Ramos, 1995, p. 60).

A criação do ISEB, em meados de 1955, produziria o espaço ideal para o desdobramento dessa segunda etapa do projeto teórico de Guerreiro. Em *A problemática da realidade brasileira*, conferência com que estreara sua atuação como conferencista e chefe do departamento de sociologia do ISEB, Guerreiro se limitara a descrevê-la como uma luta entre as forças centrípetas (unitárias ou integradoras) e as centrífugas, o que marcaria a história do país. A duradoura prevalência do modelo agroexportador, sobre o qual se estribavam as tendências centrífugas, explicava a circunscrição dos antecedentes centrípetos até então a “episódios singulares”, que não teriam conseguido corporificar tendência consistente. Depois de 1930, porém, devido à expansão da produção para o mercado interno, a tendência centrípeta se tornaria preponderante, contrapondo, de modo cada vez mais acirrado, uma sociedade decadente, comprometida com o passado, a uma sociedade emergente, cujo inédito estilo de vida era ainda apenas ensaiado. Essa era a causa da grande crise de crescimento por que o Brasil passava, da qual os cientistas brasileiros deveriam, entretanto, tirar proveito prático, pois é “vivendo profundamente a crise brasileira que podemos ganhar em lucidez e compreendê-la” (Ramos, 1960, p. 88). Essa interpretação encontraria seu pleno desenvolvimento em dezembro de 1955, na conferência *A dinâmica da sociedade política no Brasil*. Nela, ele diria: “No

domínio político, uma interpretação globalista é um instrumento de potenciação daquelas tendências, enquanto, de um lado, racionaliza um processo societário global e, enquanto, de outro lado, contribui para minar os fundamentos psicológicos e sociais dos grupos que opõem obstáculos a este processo” (Ramos, 1995, p. 60).

Concluo, assim, que a crença dos ibespianos, depois isebianos, na necessidade de instrumentalizar, de modo mais político, o conhecimento por eles produzido, tendo em vista a crise do governo Vargas e o seu suicídio subsequente, levaria Guerreiro a voltar, de modo mais intenso, seus estudos naquela direção. Seus textos posteriores de teoria sociológica se limitariam a reiterar o que já havia sido escrito ou a consolidá-la de modo sistemático, como faria em *A Redução Sociológica* a respeito do problema epistemológico na periferia dependente. Por outro lado, seus novos escritos teóricos passariam a versar sobre temas próprios da sociologia política, ou da ciência política. Da mesma forma, na sua busca de subsídios para a formulação da ideologia desenvolvimentista, ele se voltaria integralmente para o pensamento político brasileiro. Se o critério de triagem crítica do pensamento sociológico brasileiro havia sido o da redução sociológica, a fim de distinguir a corrente autêntica ou crítica-assimilativa da consular, impressionista ou monográfica, o critério de triagem do pensamento político brasileiro seria o ideológico. Era preciso contrapor as ideologias progressistas, de que seriam portadoras as classes ascendentes, industriais e proletárias, interessadas no projeto desenvolvimentista, àquelas de caráter conservador, comprometidas com a manutenção da situação semicolonial e dependente, veiculadas pelas decadentes classes agroexportadora e mercantil, mas também pela classe média tornada reacionária. Era o que ele faria em seus próximos textos, como *Esforços de teorização da realidade nacional politicamente orientados de 1870 aos nossos dias* [1955], *A ideologia da jeunesse dorée* [1955] e *O inconsciente sociológico: estudo sobre a crise política no Brasil, na década de 1930*. Neles, Guerreiro extrairia os subsídios para a formulação de sua ideologia de-

envolvimentista, completando, dessa forma, sua teoria da sociedade brasileira.

Recebido para publicação em 05 de outubro de 2014
Aceito em 11 de dezembro de 2014

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, Aparecida Maria. Nacionalismo e democracia no pensamento de Guerreiro Ramos. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, IUPERJ, 2006.
- AZEVEDO, Ariston. A sociologia antropocêntrica de Guerreiro Ramos. Tese de doutorado. Florianópolis, UFSC, 2006.
- _____; ALBERNA, Renata Ovenhausen. A redução sociológica em status nascendi: os estudos literários de Guerreiro Ramos publicados na revista Cultura Política. *Revista O&S*, v. 17, n. 52, p. 47-68, jan./mar., 2010.
- BARIANI, Edison. *Guerreiro Ramos e a redenção sociológica: capitalismo e sociologia no Brasil*. São Paulo, EDUSP, 2011.
- JAGUARIBE, Hélio. A situação política do Brasil. *Cadernos do nosso tempo*, n. 2, p. 103-120, maio/jun., 1954.
- _____. O golpe de agosto. *Cadernos do nosso tempo*, n. 3, p. 03-20, jan.-mar., 1955.
- MAIA, João Marcelo Ehlert. Ao sul da teoria: a atualidade teórica do pensamento social brasileiro. *Revista Sociedade e Estado*, v. 26, n. 2, maio/ago., 2011.
- _____. Reputações à brasileira: o caso de Guerreiro Ramos. *Sociologia & antropologia* v. 2, n. 4, p. 265-291, 2012.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A sociologia do Guerreiro*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. O negro no Brasil e um exame de consciência. *A Manhã*, edição de 25 de setembro de 1949.
- _____. Idealismo utópico e mortalidade infantil. *A Manhã*, edição de 7 de maio de 1950.
- _____. *O processo da sociologia brasileira*. Rio de Janeiro, 1953.
- _____. *O problema nacional do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1960.
- _____. *A crise do poder no Brasil* (problemas da revolução nacional brasileira). Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961.
- _____. *Mito e verdade da revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963.
- _____. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995.
- _____. *A redução sociológica*. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996.
- _____. *Uma introdução ao histórico da organização racional do trabalho*. Brasília: Conselho Federal de Administração, 2008.
- VIANNA, Francisco José de Oliveira. *O idealismo na evolução política do Império e da República*. São Paulo: Editora de O Estado de São Paulo, 1922.
- _____. *Evolução do povo brasileiro*. 4ª. Edição. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1956.
- _____. *Instituições políticas brasileiras*. v. 2. Rio de Janeiro: Editora Record, 1974.

**POST-COLONIAL THEORY AND BRAZILIAN
THOUGHT IN THE WORKS OF GUERREIRO
RAMOS: the sociological thinking (1953-1955)**

Christian Edward Cyril Lynch

This article argues that the works of Guerreiro Ramos, in the 1950s, was developed based on a deliberate plan to create a post-colonial theory applied to Brazil. In this theory, the critical study of Brazilian social thought has a central role. In order to prove this hypothesis, I will reconstruct the intellectual path taken by Guerreiro during his work with IBESP, joining the logical reconstruction method with a historical-systematic method. I will ascertain the connections between his social theory and his critical texts on Brazilian sociological thinking.

KEYWORDS: Guerreiro Ramos. Post-colonial theory. Brazilian social thought. Brazilian political thought.

**LA THÉORIE POST-COLONIALE ET LA PENSÉE
BRÉSILIENNE DANS L'OEUVRE DE GUERREIRO
RAMOS: la pensée sociologique (1953-1955)**

Christian Edward Cyril Lynch

Cet article défend que, dans les années 1950, l'oeuvre de Guerreiro Ramos a été développée en fonction d'un plan délibéré d'élaboration d'une théorie post-coloniale appliquée au Brésil. En son sein, l'étude critique de la pensée sociale brésilienne jouerait un rôle fondamental. Afin de démontrer cette hypothèse, j'essayerai de reconstituer le parcours intellectuel parcouru par Guerreiro Ramos au cours de son action auprès de l'IBESP en croisant la méthode de reconstruction logique avec celle à caractère historique et systématique. J'y vérifierai les liens existants entre sa théorie sociale et ses textes de critique de la pensée brésilienne.

Mots-clés: Guerreiro Ramos. Théorie post-coloniale. Pensée sociale brésilienne. Pensée politique brésilienne.

Christian Edward Cyril Lynch – Doutor em Ciência Política. Professor do Instituto de Estudos Políticos e Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ - antigo IUPERJ). Pesquisador da Fundação Casa de Rui Barbosa do Ministério da Cultura (FCRB). Pesquisador nível 2 do CNPq e bolsista jovem cientista do nosso Estado da FAPERJ. Coordenador do grupo de trabalho de Teoria Política e Pensamento Político Brasileiro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS). Coordenador da área temática de Pensamento Político Brasileiro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP). Membro da diretoria do Instituto Brasileiro de História do Direito (IBHD). Atualmente coordenador do programa de pós-graduação em ciência política do IESP-UERJ e editor da Revista Insight Inteligência (2013). Publicações recentes: *Alforria de raças - conceito de liberdade no Brasil (1770-1870)*. Insight Inteligência (Rio de Janeiro), v. 68, p. 45, 2015; *Um saquarema no Itamaraty: por uma abordagem renovada do pensamento político do Barão do Rio Branco*. Revista Brasileira de Ciência Política (Impresso), p. 279-314, 2014; *Um democrata cristão contra o neoliberalismo: a crítica de Oliveira Viana a O Socialismo de Mises*. Mises - Revista interdisciplinar de filosofia, direito e economia, v. 2, p. 525-538, 2014

